

Cortes inviabilizam crédito externo

SÔNIA MOSSRI

BRASÍLIA — O próprio Governo é responsável indiretamente pelo não desembolso de um volume de recursos de projetos já assinados junto ao Banco Mundial (Bird) que, em janeiro último, alcançam quase US\$ 4 bilhões, de acordo com levantamento preliminar realizado pela área econômica. A Operação Desmonte, realizada pelo Ministério do Planejamento, eliminando contrapartidas para empréstimos estaduais através do Bird no Orçamento Geral da União, o contingenciamento de crédito ao setor público, através da Resolução 1.469 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a realização de cortes de rubricas destinadas a completar a parcela nacional de financiamentos do organismo multilateral no Orçamento pelo Congresso Nacional inviabilizam o desembolso de vários projetos.

Todo estudo de financiamento do Bird para programas específicos, que não sejam setoriais, exige contrapartida de recursos do Governo brasileiro para prosseguimento dos desembolsos. Essa é a maior dificuldade enfrentada atualmente pelo Brasil junto ao Bando, superior até mesmo ao cumprimento de condicionalidades nas cláusulas contratuais, para liberação de recursos relativos a projetos já assinados no passado, alguns firmados no início da década de 80.

O que o Bird não liberou

BRASÍLIA — Os principais setores que contam com projetos já assinados no Bird e sem perspectiva de desembolso imediato:

1. Agricultura — US\$ 179 milhões;

2. Saúde — US\$ 204,18 milhões;

3. Irrigação — US\$ 72,9 milhões;

4. CEF — US\$ 235 milhões, dos quais US\$ 152,5 milhões para reconstrução do Rio em função das enchentes do ano passado e US\$ 81 milhões para saneamento;

5. Setor elétrico — US\$ 803,9 milhões para o Grupo Eletrobrás, US\$ 78,5 milhões para as Centrais Elétricas Brasileiras e mais US\$ 226 mil para as Centrais Elétricas do Paraná;

6. Agroindústria — US\$ 47,7 milhões;

7. Desenvolvimento à exportação — US\$ 80 mil;

8. Proálcool — US\$ 95 milhões;

9. Educação — US\$ 141,3 milhões;

10. Desenvolvimento rural — US\$ 789,4 milhões;

11. Transportes — US\$ 507,7 milhões;

12. Controle da poluição industrial — US\$ 45 milhões;

13. Governo do Estado de São Paulo — US\$ 271 milhões (rodovias estaduais e melhoria da Fepasa);

14. Governo de Santa Catarina — US\$ 20,8 milhões;

15. Governo de Minas — US\$ 703 mil.

Esse quadro, na avaliação de importante fonte da área econômica, ligada às negociações com o Banco, é grave e de difícil solução. Isso porque o esforço no sentido de zerar o déficit, com cortes no Orçamento Geral da União, das empresas estatais e as amarras a que estão submetidos instituições financeiras oficiais, como Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em função do limite de crédito, praticamente inviabilizam o surgimento de

fontes de recursos para contrapartidas de empréstimos já assinados com o Bird.

Principalmente por falta de contrapartida, e muito menos por não atender condicionalidades, o setor elétrico (Grupo Eletrobrás) tem atualmente no Bird o equivalente a US\$ 803,9 milhões de projetos a receber. O setor de transportes, englobando financiamento para rodovias federais para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), ferrovias, desenvolvimento metropo-

litano urbano e assistência técnica à Portobrás, supera a marca de US\$ 507,7 milhões.

A situação no setor de transportes complica-se com a extinção da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), que absorvia toda a parte destinada às áreas metropolitanas. Criou-se "um buraco negro", ironiza um assessor do Governo, e o Bird não sabe até agora com que órgão do Governo tratará dos projetos que eram de competência da EBTU.